



Plano Nacional de Ação do Brasil para a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028

A agricultura familiar na promoção da
sustentabilidade e da segurança
alimentar no Brasil



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations



Década das
Nações Unidas da
**AGRICULTURA
FAMILIAR**
2019-2028

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR





Apresentação

O Brasil tem um compromisso profundo com a agricultura familiar, reconhecendo sua importância estratégica para a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural.

Nos últimos anos, o país enfrentou desafios significativos com a desarticulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. No entanto, com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em 2023, várias dessas políticas foram restauradas e aprimoradas, trazendo novos investimentos e oportunidades para milhões de agricultores familiares.

Apresentamos aqui as principais políticas públicas do Brasil alinhadas aos pilares da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (DNUAF 2019-2028), que visam fortalecer a agricultura familiar, democratizar o acesso à terra para impulsionar a produção de alimentos saudáveis ao povo brasileiro, e promover o bem viver das populações do campo, das águas e das florestas.

Contexto global e nacional

Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil busca promover uma agricultura familiar inclusiva, diversa e resiliente, destacando-a nos fóruns internacionais como solução estratégica para a ampliação da produção de alimentos saudáveis e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Nosso compromisso com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza reflete essa determinação em compartilhar experiências e políticas públicas que buscam combater a insegurança alimentar e a pobreza em nível nacional e global, sendo esta a bandeira prioritária da presidência brasileira do G20 em 2024.

O país também se prepara para sediar a COP 30 em 2025, que proporcionará uma oportunidade de colocar a segurança alimentar e as práticas da agricultura familiar e da agroecologia no centro dos debates das emergências climáticas e dos sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.





Os sete pilares da DNUAF e as políticas públicas do Brasil

As políticas públicas brasileiras para a agricultura familiar estão diretamente alinhadas com os sete pilares da DNUAF, reforçando o compromisso do governo brasileiro em promover o fortalecimento da agricultura familiar e a transformação sustentável dos sistemas agroalimentares.

1

Criar um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA): recriação de órgão federal específico para a pauta da agricultura familiar e de suas 27 superintendências subnacionais.

Aprimoramento da integração e governança: Vinculação ao MDA do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (Ceasa Minas) e da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF): retomada do diálogo entre os órgãos de governo e as organizações da sociedade civil.

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF): atualizado e em constante melhoria, garantindo acesso dos agricultores familiares às políticas públicas, como o crédito rural e a assistência técnica e extensão rural.

Plano Safra da Agricultura Familiar: Lançamento do maior Plano Safra da história, com previsão de R\$ 85,7 bilhões em 2024 e facilitação de acesso ao crédito, com melhores condições e menores taxas de juros, assistência

técnica, garantia contra perda de safra e apoio à transição agroecológica, visando ampliar a produção de alimentos saudáveis no país. Além disso, houve a instituição de fundos garantidores, para facilitar o acesso ao crédito por agricultores e cooperativas.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

(Planapo): construção conjunta de sua terceira edição, como principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de ampliar e fortalecer a produção orgânica e de base agroecológica.

Plano Nacional de Abastecimento Alimentar

(PLANAAB): construído para ampliar a oferta e o acesso a alimentos saudáveis e reduzir vulnerabilidades, é o principal instrumento da Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), que estabelece diretrizes para promover o abastecimento descentralizado, com acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos em quantidade suficiente, com qualidade e diversidade, respeitadas as dimensões culturais, sociais e ambientais.

Plano Brasil sem Fome: articulação de diversos ministérios, programas e políticas públicas para combater a insegurança alimentar e garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a todos os brasileiros e brasileiras.

2

Apoiar os jovens e garantir a sustentabilidade geracional da agricultura familiar

Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas:

retomada da instância no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), para garantir um espaço aberto de diálogo e construção entre o governo e representantes de jovens.

Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

construção de uma estratégia conjunta que organiza iniciativas em apoio à juventude rural, viabilizando acesso à terra, à moradia, ao trabalho e à renda, à educação, à saúde, ao lazer, à cultura, aos esportes, à conectividade, à participação política e à proteção de seu território.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a juventude: destinação de até 30% da prestação de serviços de ATER para jovens.

Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

estabelecimento de pontuação para famílias chefiadas por jovens na seleção de beneficiários para acesso à terra por meio da reforma agrária.

PNCF Jovem: destinação de 30% dos contratos de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para viabilizar o acesso à terra pela juventude.

Pronaf Jovem: linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com aumento do limite, taxas de juros negativas, bônus adimplência e melhores condições de acesso ao crédito para jovens rurais.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): retomada do programa que, por meio da pedagogia da alternância, articula ensino e aprendizagem contextualizados, para incentivar a inclusão das populações do campo, garantir direitos e fortalecer a Educação do Campo.

Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e a liderança das mulheres rurais

Programa de Organização Produtiva e Econômica das Mulheres Rurais: qualificação das atividades produtivas, da oferta de produtos e dos processos de organização e gerenciamento, contribuindo para a sua inserção em diferentes mercados.

Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais: ações como os Mutirões de Documentação da Trabalhadora Rural, para emissão de documentação civil, jurídica, trabalhista e previdenciária, acesso à titulação conjunta e ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais: o programa incentiva a criação e manejo de quintais produtivos próximos às residências rurais; além de promover a produção de alimentos e a criação de pequenos animais, os quintais reforçam a segurança alimentar e geram renda, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres rurais.

50% de mulheres: Garantia de atendimento mínimo de 50% para mulheres na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e mínimo de compra de 50% de mulheres e suas organizações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fomento Mulher: viabilidade para a implantação de projetos produtivos sob responsabilidade das mulheres beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

PRONAF Mulher: linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para financiamento à mulher agricultora para benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas, equipamentos, implementos e matrizes, formação e recuperação de pastagens, proteção e correção do solo, dentre outros projetos desenvolvidos pelas mulheres. Inclui o **PRONAF B**, linha de microcrédito que conta com limite de financiamento específico para as mulheres rurais.

4

Fortalecer as organizações de agricultores e suas capacidades de gerar conhecimento, representar os agricultores e fornecer serviços no meio rural e urbano

Programa Coopera Mais Brasil: ações conjuntas entre governo federal e sociedade civil para fortalecer o cooperativismo e o associativismo na agricultura familiar, como crédito facilitado, acesso a fundos garantidores, assistência técnica para melhoria da gestão, e acesso a mercados.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): retomada do programa de compras públicas da agricultura familiar para abastecer programas sociais e garantir a segurança alimentar. O PAA busca fortalecer a agricultura familiar, gerar renda e promover a inclusão produtiva, ao mesmo tempo em que facilita o acesso a alimentos de qualidade para populações em situação de vulnerabilidade.

Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE): ao menos 30% dos recursos para a alimentação escolar devem ser destinados à compra da agricultura familiar e suas organizações, para a valorização dos agricultores e agricultoras e a oferta de alimentos mais saudáveis e diversificados nas escolas.

ATER Mais Gestão: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para aprimoramento da governança, da gestão e da conformidade de organizações da agricultura familiar, tais como associações, cooperativas e centrais.

PRONAF Cooperativas: linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) específicas para o atendimento de cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar, com aumento do limite e melhores condições, podendo contar com fundos garantidores, que reduzem riscos e facilitam o acesso ao crédito.

Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência, e o bem-estar dos agricultores familiares e comunidades

PRONAF B: linha de microcrédito rural que visa a inclusão produtiva, oferece crédito com condições especiais, como juros mais baixos e prazos de pagamento facilitados, para financiar atividades produtivas e melhorar a renda das famílias.

Fomento Rural + ATER: combinação entre Programa Fomento Rural e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), unindo acompanhamento social e produtivo com transferência de recursos para famílias rurais em situação de pobreza, para estruturação e desenvolvimento de projetos produtivos, ampliação da segurança alimentar, da renda e do patrimônio produtivo.

Programa Cisternas: promoção do acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo para a captação de água da chuva.

Programa Mais Alimentos: ampliação da oferta nacional de máquinas, equipamentos e implementos adaptados para a produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, com promoção do acesso através das linhas de crédito do PRONAF Mais Alimentos.

Projeto Dom Helder Câmara II: voltado para o desenvolvimento rural sustentável e a redução da pobreza no semiárido brasileiro. O projeto tem como principal objetivo apoiar agricultores familiares de baixa renda, promovendo ações que aumentem a capacidade produtiva, o acesso a tecnologias e o aumento da resiliência dos sistemas alimentares.

Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para sistemas alimentares resilientes ao clima

Programa Nacional de Florestas Produtivas:

restauração produtiva em áreas de agricultura familiar e comunidades tradicionais, visando a produção sustentável, segurança alimentar, geração de emprego e mitigação das mudanças climáticas.

Política Nacional de Assistência Técnica

e Extensão Rural (PNATER): promoção do desenvolvimento rural sustentável e qualidade de vida, em suporte aos públicos da agricultura familiar, através da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (Ecoforte):

instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tem valor recorde para o ciclo de 2024 a 2027, para a seleção de projetos de organizações da sociedade civil para o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo, e produção orgânica.

PRONAF Sustentável: aprimoramento das linhas sustentáveis do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Floresta, Bioeconomia e Agroecologia, visando ao financiamento de uma agricultura regenerativa e de baixo carbono, com recuperação e preservação dos biomas e melhoria da capacidade produtiva da agricultura familiar.

Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio): fomento à conservação do meio ambiente, para a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantindo a comercialização para os produtos da sociobiodiversidade e renda às populações das florestas. s florestas.

7

Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para promover inovações sociais que contribuam para o desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que salvaguardem a biodiversidade, o meio ambiente, e a cultura

Programa Terra da Gente: estratégia do governo federal para organizar as formas de destinação de terras para a reforma agrária e agilizar o acesso à terra, contribuindo para resolver conflitos agrários e aumentar a produção de alimentos.

Territórios Quilombolas: reparação histórica a comunidades quilombolas, com a promoção e a garantia de direitos sobre seus territórios. Além disso, o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento (PAFE) estimula acesso ao crédito, selos de origem, financiamento e assistência técnica, incentivando o associativismo e o cooperativismo em comunidades quilombolas.

Política de Desenvolvimento Territorial e

Socioambiental: retomada dos diálogos visando a criação de espaços de participação a partir de recortes de cultura, meio ambiente, economia e outras características sociais, para além da divisão geográfica.

Programa Minha Casa, Minha Vida Rural:

melhoria das condições de habitação das famílias rurais de baixa renda da agricultura familiar, trabalhadores rurais e famílias residentes em áreas rurais.

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos):

fornecimento de energia elétrica à população do meio rural e à população residente em regiões remotas da Amazônia Legal que não possuem acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica.



Principais resultados alcançados

Lançado o maior Plano Safra para Agricultura Familiar:

➤ **R\$ 85,7 bilhões para safra 2024/2025**, dos quais R\$ 76 bilhões direcionados para o crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Balanco do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023-2024:

➤ **R\$ 61,8 bilhões** em linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

➤ **Aumento de 24,3%** no número de contratos.

➤ **37% das operações do PRONAF** foram realizadas por mulheres (23% do total de recursos).

➤ **Execução de 880 mil contratos** de microcrédito PRONAF B, com 53% para as mulheres (R\$ 2,47 bilhões).

➤ **Aumento de 82% no volume de recursos** acessados através PRONAF Bioeconomia, com aumento de 66% no número de contratos.

➤ **Aumento de 26,3% no valor das operações** para a compra de máquinas e implementos agrícolas, totalizando cerca de R\$ 10,1 bilhões em recursos acessados.

Cadastro da Agricultura Familiar (CAF): mais de 1 milhão de CAFs emitidos. Saltamos de 61.313 famílias cadastradas (CAFs ativos) em 2022 para 1.719.220 famílias cadastradas em agosto de 2024, aptas a acessarem as políticas públicas, como o crédito rural.

Programa Terra da Gente: criação de 28 novos projetos de assentamentos em 2024, com a incorporação de 11 mil famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Em 2023, foram criados 21 projetos de assentamento, incorporadas 50.852 famílias ao PNRA, sendo 39.857 famílias regularizadas ou reconhecidas; e 10.995 famílias assentadas.

Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais: destinação de de 6,63 milhões de hectares em 2023 e 13,2 milhões de hectares em 2024 para a criação de Unidades de Conservação, Regularização de Terras Indígenas, Regularização de Territórios Quilombolas, criação de Projetos de Assentamento e Regularização Fundiária.

Territórios Quilombolas: em 2024, foram publicadas 17 portarias de reconhecimento; assinados 11 decretos declaratórios de interesse social beneficiando mais de 3.835 famílias, distribuídas em 11 territórios (abrangência de 95 mil hectares); 21 títulos de domínio entregues, referentes a 8 territórios quilombolas. Em 2023 foram publicados 51 Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas e 01 Decreto de Declaração de Interesse Social, bem como foram entregues 11 títulos em 07 territórios.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): atendimento de 24 mil famílias de agricultores familiares e pescadores artesanais em 2024, no intuito de ajudá-los a melhorar sua produção e aumentar sua renda. No contexto da emergência na Terra Indígena Yanomami, está em andamento uma atuação integrada e de longo prazo para o fortalecimento das práticas tradicionais dos povos indígenas e o resgate de sua autonomia e segurança alimentar.

Mulheres Rurais: no período 2023/2024, 3.000 mil projetos foram estruturados através do Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais (R\$ 30 milhões); 79 mutirões de documentação das mulheres rurais realizados em todos os estados brasileiros, no âmbito do Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): em 2024, foram executados R\$ 200 milhões no âmbito do PAA e contratados 430 projetos de 425 organizações da agricultura familiar, atendendo cerca de nove mil beneficiários fornecedores. Desse total, 68% são mulheres rurais, 11% representam a juventude

rural, 13% são povos e comunidades tradicionais e 18% são assentados(as) da reforma agrária. Em 2023, 49,92 mil agricultores forneceram para o PAA, 90,51 mil toneladas de alimentos foram adquiridos pelo Programa.

Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de agroecologia e Produção Orgânica (Ecoforte): R\$ 100 milhões para apoiar projetos de agroecologia e produção orgânica, beneficiando 40 redes e 30 mil agricultores familiares.

Da Terra à Mesa: R\$ 35 milhões para fortalecer e ampliar sistemas de produção agroecológicos, através da aquisição de equipamentos, insumos e contratação de serviços, promovendo a estruturação produtiva dos agricultores familiares e a ampliação de sua produção familiar.



Prioridades para os próximos anos

O Plano Nacional de Ação da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar estabelece metas ambiciosas para os próximos anos, alinhadas com os objetivos estratégicos do Plano Plurianual do governo federal (PPA 2024-2027):

Expandir o acesso à terra, em especial para jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais, contribuindo para a redução de desigualdades e para a sucessão rural;

Impulsionar o acesso ao crédito, com foco na produção e oferta de alimentos saudáveis e na transição agroecológica;

Contribuir para a superação da fome e da pobreza, garantindo a inclusão socioprodutiva, a promoção da segurança alimentar e o acesso das famílias às políticas públicas. Ações alinhadas com os compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;

Promover a agroecologia e a resiliência climática, fortalecendo a sustentabilidade, a restauração produtiva, a recuperação de áreas degradadas e o manejo adequado dos recursos naturais;

Fomentar a mecanização e a tecnificação para reduzir a penosidade do trabalho, aumentar a produção e estimular a agroindustrialização da agricultura familiar;

Aumentar a participação em mercados locais e internacionais, com foco na agregação de valor, na diversificação da produção de alimentos saudáveis e nas compras públicas;

Promover o bem-viver nos territórios rurais por meio do incentivo à sucessão rural, à autonomia econômica das mulheres rurais, ao etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais

Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Paulo Teixeira

Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Fernanda Machiaveli

Chefe de Gabinete

Fabiana Zamora

Secretário da Agricultura Familiar e Agroecologia

Vanderley Ziger

Secretária de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar

Ana Terra Reis

Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental

Moisés Savian

Secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais

Edmilton Cerqueira

Subsecretária de Mulheres Rurais

Viviana Mesquita

Secretária-Executiva Adjunta

Marina Godoi de Lima

Chefe da Assessoria Especial do Ministro

Éric Moura

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Diego Donizetti

Chefe da Assessoria Internacional

Thomas Cooper Patriota

Assessoria Especial de Comunicação Social - Ascom MDA

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Mariana Sacramento

Coordenador-geral

Raul Pereira

Pesquisa e Texto

Ticiano Imbroisi

Tradução

Ticiano Imbroisi e Thomas Cooper Patriota

Fotos: Albino Oliveira, Raul Pereira, Freepik e Banco de Imagens MDA

Direção de Arte e Projeto Gráfico: Cillas Bethiel



O Brasil está comprometido com a implementação dos pilares da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (DNUAF 2019-2028) e com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O conjunto de políticas públicas existentes refletem esse compromisso, com a implementação de iniciativas de fortalecimento para o setor, que contribuem para um futuro mais justo e sustentável, com dignidade para aqueles que produzem alimentos saudáveis que chegam à mesa do povo brasileiro.

MAIS INFORMAÇÕES



www.gov.br/mda/pt-br



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations



Década das
Nações Unidas da
**AGRICULTURA
FAMILIAR**
2019-2028

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO